Centesimus annus

Desejando pôr o leitor em contato com a recente encíclica social *Centesimus Annus* (CA) do Papa João Paulo II, e remetendo ao primeiro artigo da presente revista, que a situa num contexto teológico mais amplo, tornamos nossas as considerações do Pe. Fernando Bastos de Ávila S.J. comentando a encíclica promulgada no dia 1º de maio p.p., para celebrar o centenário da primeira grande encíclica social, a *Rerum Novarum* (RN), do Papa Leão XIII.

Fazendo uma "releitura" da Rerum Novarum, a nova encíclica nos convida a um triplíce olhar: "olhar para trás", para o contexto do fim do século passado, em que emerge a Rerum Novarum, e para os princípios fundamentais que ela formulou; "olhar ao redor", para as novas "coisas" deste nosso fim de século; "olhar ao futuro", para o advento do terceiro milênio "carregado de incógnitas e de promessas" (CA 3)

O olhar para trás

O olhar para trás nos permite descortinar a trágica situação "da condição dos operários", à qual foram conduzidos pelas mudanças ocorridas no campo político e no campo sócio-econômico. No primeiro, era a emergência dos Estados Nacionais, controlados pela burguesia, sob o signo do liberalismo capitalista. Da revolução francesa, que em nome do povo derrubara trono e altar, fora ela, a burguesia, e não o povo, a grande beneficiária. Foi a primeira grande revolução traída. No campo sócio-econômico, destruídas as corporações do antigo regime, as mudanças introduziram uma nova forma de propriedade, o capital, e uma nova forma de trabalho, o trabalho assalariado. O resultado dessas mudanças foi a formação de uma sociedade de classes divididas em "um pequeno número de ricos e de opulentos que impõem um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários" (RN 5-6).

Era uma situação intolerável de injustiças que incentivavam novas concepções da propriedade e do trabalho inspiradas no socialismo e já dominadas

pela ideologia marxista (CA 4). Ante a ameaça do grande conflito entre o capital e o trabalho, a Rerum Novarum repudia a violência da luta de classes, mas proclama que a paz se deve edificar sobre o fundamento da justiça, "conteúdo essencial da Encíclica" (CA 5).

Os princípios básicos sobre os quais devia fundamentar-se essa justiça eram: a dignidade do trabalho; o direito de todos à propriedade segundo o princípio da destinação universal dos bens da terra; a justiça do salário que garantisse ao trabalhador condições de vida digna para si e para sua família, bem como a possibilidade de constituir o "pecúlio" ou a poupança necessária para manter-se quando lhe faltassem as forças, a limitação de trabalho e o respeito aos direitos religiosos simbolizados no repouso dominical (CA 6-9).

A Rerum Novarum condena os dois sistemas que se defrontavam no conflito entre o capital e trabalho, tanto o socialismo quanto o liberalismo (CA 10). Entretanto, a primeira grande encíclica social não se limita a descartar os extremos inaceitáveis. Na realidade, ela propõe o que hoje chamaríamos uma verdadeira política social fundada nos princípios de justiça acima enunciados, política social que, para Leão XIII, era um dever do Estado e um direito dos trabalhadores. Aqui residiam os aspectos mais inovadores, quase revolucionários, da encíclica Rerum Novarum, numa época em que o Estado liberal não devia intervir nas relações de trabalho e na qual os sindicatos eram proibidos e policialmente perseguidos (CA 10).

O olhar ao redor

O olhar ao redor permite ver as "novas coisas novas" deste fim de século, comparadas com as coisas novas com as quais se defrontara Leão XIII e o que levaram a escrever a sua encíclica.

O confronto hoje não se reduz ao confronto entre o capital e trabalho pela apropriação dos meios de produção. O grande panorama que descortinamos é mais sombrio, com graves riscos que ameaçam a humanidade inteira.

Assistimos à implosão do chamado Segundo Mundo, o mundo socialista do Leste Europeu, evento imprevisível cinco anos atrás. A implosão revelou as opressões e as injustiças sob as quais viviam os povos dominados desde a segunda grande revolução da história do Ocidente, a Revolução de 1917, que instaura a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sob o signo do comunismo marxista. Também esta foi uma revolução traída. Feita em nome da justiça para resgatar o povo da iniquidade do liberalismo capitalista, na realidade ela levou ao poder a nomenclatura, a burocracia estatal do partido único, que impôs ao povo a mais tirânica opressão, com a perda total da liberdade, especialmente da liberdade religiosa. Só a imensa frustração sofrida durante 70 anos e o vazio espiritual provocado pelo ateísmo explicam a rapidez espantosa da implosão do Segundo Mundo. Imposto o jugo do comunismo marxista ao custo de milhões de vítimas inocentes, sua implosão foi surpreendentemente incruenta e até

mesmo festiva. Ela rompeu a tensão que dividia o mundo entre os pólos hegemônicos e que os levava a fazer, na escalada armamentista (CA 18), imensos investimentos para a morte, com o risco inclusive do holocausto nuclear, em um mundo que tanto necessitava de investimentos para a vida.

A implosão do Segundo Mundo e o fim da guerra do Golfo Pérsico têm como resultado a consolidação da hegemonia do Primeiro Mundo, também ele ameaçado entretanto de um grave processo de erosão. Preso ainda a uma falsa concepção da dignidade humana que confunde a liberdade com o liberalismo e o permissivismo, torna-se vítima fácil do fenômeno do consumismo (CA 36), que é a expressão do amor próprio até o desprezo de Deus: "O conteúdo da liberdade reduz-se então ao amor de si próprio, até chegar ao desprezo de Deus e do próximo, amor que conduz à afirmação ilimitada do interesse próprio, sem se deixar conter por qualquer obrigação de justiça" (CA 17). O consumismo, como forma mais sofisticada do egoísmo, destrói os laços de solidariedade, incentiva a busca desenfreada do lucro, mesmo com agressão predatória ao meio ambiente, provocando a grande ameaça da questão ecológica (CA 37). O exemplo mais perverso deste consumismo artificial, não voltado para atender às reais necessidades do homem, é certamente o consumo da droga (CA 36), hoje talvez o mais gigantesco item do comércio internacional, comprometendo a saúde física e espiritual, principalmente da juventude. Assim, o grave risco do Primeiro Mundo é o risco da alienação, no sentido cristão do termo "como inversão dos meios pelos fins, quando o homem não reconhece o valor e a grandeza da pessoa em si próprio e no outro", e "se vê implicado numa rede de falsas e superficiais satisfações" (CA 41).

No último painel do tríptico revelado por esse "olhar ao redor", encontram-se os países do Terceiro Mundo, "mais que nunca na dramática situação do subdesenvolvimento, que cada dia se torna mais grave" (CA 56). O grande risco que ameaça esse Terceiro Mundo, no novo panorama internacional, é o risco "da marginalização e da exploração" (CA 42). A encíclica de João Paulo II é extremamente severa em recordar a responsabilidade do Primeiro Mundo não só no dever de colaborar na reconstrução do Segundo Mundo implodido, como também em evitar a marginalização irrecuperável do Terceiro Mundo explorado. A exigência de atender aos países do Leste Europeu "não deve diminuir os esforços de apoio aos países do Terceiro Mundo, que muitas vezes sofrem condições de carência e pobreza bastante mais graves" (CA 28). O Terceiro Mundo, contudo, não está confinado geograficamente em determinadas regiões do planeta. Mesmo "nos países ocidentais, existe a variada pobreza dos grupos marginalizados, dos anciãos e doentes, das vítimas do consumismo e ainda de tantos refugiados e emigrantes" (CA 57).

O olhar para o futuro

"É o olhar voltado para o advento do terceiro milênio, carregado de incógnitas e de promessas" (CA 3).

A humanidade tem consciência de estar encerrando um ciclo de sua história, no balanço das duas grandes revoluções traídas: a revolução que, em nome da liberdade, consumou-se ao preço de uma imensa iniquidade social; a revolução que, em nome da igualdade, consumou-se ao preço de uma intolerável opressão precisamente daqueles em favor dos quais tinha sido feita. Nem o liberalismo capitalista, nem o socialismo marxista corresponderam à grande esperança da humanidade. Seria uma insensatez assim imaginar que, com a implosão dos regimes comunistas do Leste Europeu, o capitalismo constituísse a única alternativa possível (CA 42).

João Paulo II transmite a convicção de que chegou o momento de fazer a humanidade compreender que o caminho para o terceiro milênio deve ser buscado além dos sistemas econômicos desprovidos de critérios éticos para suas opções. A opção para investir é uma escolha moral e cultural (CA 37). E a grande opção deve ser o próprio homem, o caminho da Igreja (CA 53 ss.), o homem na plenitude da sua dignidade de filho de Deus, remido pela graça santificadora do Cristo, "Redemptor Hominis".

Para além de todas as discriminações, nacionais, étnicas, religiosas, no momento em que se verifica a mundialização da economia (CA 58), o bem comum universal é a grande meta a ser alcançada, meta sempre proposta pela doutrina social da Igreja. "É a concertação mundial para o desenvolvimento que implica inclusive o sacrifício das situações de lucro e de poder usufruídas pelas economias mais desenvolvidas" (CA 52).

A Igreja não tem a pretensão de apresentar um sistema alternativo. A alternativa está aberta pelo próprio desgaste dos sistemas hegemônicos. É a alternativa de uma economia social em escala mundial que atenda às exigências radicais da justiça precisamente através do uso responsável da liberdade. É a alternativa da solidariedade internacional, numa nova civilização, a civilização do amor (CA 10).

A realização desta alternativa exige antes de tudo "o testemunho das obras" (CA 57) que concretizem a "promoção da justiça" (CA 58): "não se trata apenas de dar o supérfluo, mas de ajudar povos inteiros, que dele estão excluídos ou marginalizados, a entrarem no círculo do desenvolvimento econômico e humano" (CA 58).

Esta gigantesca tarefa só terá êxito na medida em que se basear sobre um fundamento ético, através de um verdadeiro ecumenismo universal, envolvendo "as Igrejas cristãs e todas as grandes religiões do mundo" (CA 60) e apelando "para todos os homens de boa vontade e, de modo particular, para as pessoas e grupos com uma responsabilidade específica no campo político, econômico e social, tanto a nível nacional como internacional" (CA 60).

É este caminho que, com a proteção de Maria, Mãe do Redentor, haverá de dissipar as incógnitas e haverá de corresponder às promessas do milênio que se aproxima, na "fidelidade àquele que ontem como hoje é o mesmo e sê-lo-á para sempre, Cristo Jesus, Redentor do homem (CA 62)."

Pe. Fernando Bastos de Ávila, S.J.